

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Class.: 68

Data: 5 de Novembro de 1980

Pg.: _____

ANTROPÓLOGOS SE QUEIXAM DO TRATAMENTO QUE RECEBEM DA FUNAI

A discussão do relacionamento de antropólogos com a Funai, diante das dificuldades que sempre existiram e que se vêm agravando ultimamente, está na pauta de uma reunião que se realiza, no próximo dia 11, entre a Associação Brasileira de Antropólogos e a presidência do órgão em Brasília.

Para a presidenta da ABA — 30 anos de existência e 400 associados — Eunice Durham, as dificuldades se têm agravado, em parte, porque os antropólogos vêm tomando atitudes muito definidas em defesa da população indígena brasileira. Ela explica que essas dificuldades são de duas ordens.

— De um lado, a omissão da Funai na proteção dos índios, como está claro, por exemplo, na demora para a demarcação das reservas. O Parque Yanomani, pelo qual se vem lutando há mais de 20 anos, que teve sua primeira proposta em 1968, 12 anos depois ainda não viu seu problema solucionado.

A professora Eunice Durham chama a atenção para a gravidade desse caso. Segundo ela, na época em que se realizou a primeira proposta, a terra era habitada apenas por índios. Mas, com a demora da demarcação, houve a penetração de outros interesses, como empresas mineradoras, projetos agropecuários e posseiros, que só dificultam a demarcação definitiva.

— Outro caso — relata Eunice Durham — seriam os grupos atingidos pelos complexos hidrelétricos projetados pelo Governo, como o de Tacuri, no rio Tocantins. Ele ameaça de extinção o grupo Paracanã que terá sua transferência forçada, sem qualquer planejamento.

Ela conta que o projeto de transferência, cuidadosamente planejado com assistência de antropólogos, foi abandonado, sem explicações. Agora, a transferência será retomada sem as mesmas garantias do projeto original.

— Há inúmeros outros casos — adverte Eunice Durham — entre os quais se incluem a abertura de estradas. E o que nos preocupa, de qualquer modo, é que nos projetos de desenvolvimento regionais não se tem levado em conta o interesse dos índios (aliás, nem dos posseiros). A Funai não tem exercido devidamente sua tutela, sua proteção.

Ela aponta outra ordem de dificuldade no relacionamento da classe com a Funai. São os obstáculos colocados pelo órgão à realização de pesquisas científicas e a hostilidade que tem manifestado aos pronunciamentos de antropólogos em defesa dos índios que por eles são estudados.

— Preocupa-nos uma possível política de retaliação da Funai, negando permissão de acesso às áreas indígenas aos pesquisadores que, no passado, se manifestaram vigorosamente em defesa do índio.

Existe na Associação uma lista de mais de 20 antropólogos — muitos deles estudando com recursos do próprio Governo, outros empregados de universidades federais e estaduais — que têm seus pedidos postergados por longos períodos e, às vezes, indefinidamente, sob as mais diversas alegações.

— Não existem critérios objetivos e científicos por parte da Funai — garante a presidenta da ABA — para a concessão ou não de pesquisas, já que o órgão em si mesmo não é uma instituição científica.

Isso levanta suspeitas, ainda segundo Eunice Durham, de que as permissões ou negativas sejam resultados de idiosincrasias pessoais ou ideológicas por parte de funcionários da Funai.

— Em sua maioria, são pessoas sem qualquer capacitação e experiência no trato da problemática indígena. De modo mais geral, a política indigenista brasileira se ressentida da falta de uma real compreensão da realidade indígena, tendo sido, constantemente, modificada ao sabor de interesses prejudiciais às populações tribais brasileiras.



“Nossa luta não é simplesmente a defesa de interesses profissionais e corporativos”, diz Eunice Durham, presidenta da Associação Brasileira de Antropólogos

Para ela, em certos casos, pode-se falar mesmo numa política de “cassações brancas” por parte da Funai. Mas a ABA prefere não citar o nome de pessoas atingidas, temendo um processo de represália ainda maior.

— Esperamos que a entrevista pessoal com o presidente do órgão permita a solução destes problemas.

A ABA está empenhada, agora, numa defesa coletiva que significa, mais do que a proteção dos direitos individuais de antropólogos, a própria defesa da liberdade de pesquisa no país.

— Nós acreditamos que a presença constante de cientistas qualificados nas áreas indígenas constitui uma garantia

fundamental dos direitos da população indígena. Além disso, é também a garantia do direito à informação da sociedade de modo geral. Pois, a função do cientista é a de testemunha objetiva do que se passa com os índios brasileiros.

A presidenta da ABA sublinha que a existência dessas testemunhas é a única maneira de a sociedade saber se a Funai está ou não cumprindo com seu dever.

— Nossa luta não é simplesmente a defesa de interesses profissionais e corporativos. Mas, sim a defesa da liberdade de pesquisas que está intimamente presa ao nosso interesse em defender os direitos das populações indígenas. A nosso ver é a questão principal.

Evandro Teixeira

FUNAI EXPLICA QUE SUA VISÃO É MAIS GLOBAL

BRASÍLIA — O diretor do Departamento Geral de Planejamento comunitário — DGP da Funai, professor Ivan Zanoni Hausen, afirmou ontem que a maneira mais correta de o índio ser encarado é a global, que o vê a partir de um ponto-de-vista cultural. Ele nega a validade da visão particularizada, meramente econômica ou antropológica. Isso, conforme explica, porque o índio tem inúmeros problemas com a sociedade civilizada que o envolve, de ordem psicológica, sociológica e outros.

Essa visão global, essa nova maneira de ver o índio, é que fez a Funai partir para a formação de equipes multidisciplinares, contando, além de antropólogos, também com sociólogos, psicólogos e profissionais de inúmeras outras áreas científicas. O professor Zanoni explica que a Funai tem atualmente sete sociólogos, três psicólogos, além de 21 antropólogos, todos trabalhando em levantamentos de campo. Reconhece que o número desses profissionais deveria ser maior, mas, como explica, isso ainda não foi possível.

O professor Zanoni informa também que a Funai está mudando a maneira de trabalhar, exatamente porque o índio tem que ser encarado a partir do ponto-de-vista múltiplo, multidisciplinar, global, que inclui as atuações dos psicólogos, antropólogos e sociólogos. Ele explica que a equipe multidisciplinar é necessária, por exemplo, porque o índio do Rio Grande do Sul tem que ser visto de uma maneira diferente do índio da Amazônia ou do Nordeste.

Essas equipes multidisciplinares — nas quais o antropólogo se destaca pelo número — estão orientando o índio para que ele enfrente da melhor maneira possível as forças da sociedade envolvente, que é a civilizada. No caso dos xavantes, explica o professor Zanoni, a sociedade envolvente está representada pela cidade que mais cresce em Mato Grosso, Barra do Garças. O resultado foi o índio xavante também desenvolver, além da agricultura de subsistência, a agricultura inicial de mercado.

Os xavantes estão plantando arroz com a mesma técnica dos agricultores de Barra do Garças, e vendendo para o mercado tal como eles. A intenção da Funai, segundo o professor Zanoni, é fazer com que todos os índios do Brasil consigam auto-suficiência econômica. No caso das tribos da Amazônia a serem atingidas pelas obras das hidrelétricas, que com as barragens inundam grandes áreas, a intenção é evitar prejuízos para as comunidades indígenas. As comunidades são indenizadas pelo que ocorre em suas terras, tal como está ocorrendo com os índios paracanas, atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí.

No caso das barragens das hidrelétricas projetadas pela Eletrobrás para a Amazônia, as equipes multidisciplinares — de antropólogos, sociólogos, psicólogos e outros — estão fazendo levantamentos globais das tribos a serem atingidas; para que a ação de Funai, para cada uma das tribos, seja particularizada, com nuances, de acordo com cada uma. Um desses trabalhos está sendo feito com os índios vaimiri-atroari, cujas terras serão atingidas pela hidrelétrica de Balbina, do Amazonas.